FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.



Relatório de Gerenciamento de Riscos – Circular nº 3.678

1º Trimestre de 2016

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

SUMÁRIO INTRODUÇÃO3
ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL
ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORTIVA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E  CAPITAL5
ASPECTOS QUALITATIVOS DAS ESTRUTURAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL7
RISCO OPERACIONAL
RISCO DE MERCADO13
RISCO DE LIQUIDEZ16
RISCO DE CRÉDITO19
GERENCIAMENTO DE CAPITAL22
REQUERIMENTOS DE CAPITAL VIGENTES E EM IMPLANTAÇÃO 24
INFORMAÇÕES RELATIVAS DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)25
INFORMAÇÕES RELATIVAS AO RWA, ADEQUAÇÃO AO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR), ÍNDICES E LIMITES27
ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL (ACP)30
RAZÃO DE ALAVANCAGEM (RA)31
INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EXPOSIÇÕES A RISCO DE CRÉDITO33
INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS INSTRUMENTOS MITIGADORES DO RISCO DE CRÉDITO40
INFORMAÇÕES RELATIVAS AO RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE41
INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS OPERAÇÕES DE AQUISIÇÃO E VENDA DE ATIVOS FINANCEIROS44
INFORMAÇÕES RELATIVAS ÁS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS 46

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

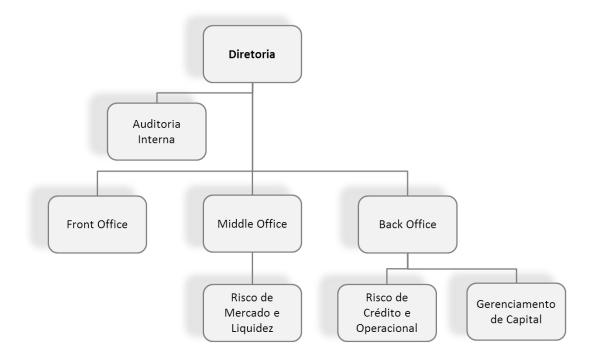
## INTRODUÇÃO

A Circular nº 3.678/13 do Banco Central do Brasil (BACEN) estabeleceu os critérios a serem observados sobre a divulgação de informações referentes à Gestão de Risco, Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e Patrimônio de Referência (PR).

O objetivo deste relatório é informar o gerenciamento de riscos do Conglomerado Prudencial, que conforme definido pela Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 4.280/13, inclui Banco Volkswagen S.A., a Instituição líder ("Instituição"), Consórcio Nacional Volkswagen — Administradora de Consórcio Ltda ("CNVW"), e Fundo de investimento em direitos creditórios ("FIDC") — nos quais a Instituição assuma substancialmente os riscos e benefícios (conjuntamente o "Grupo"), apresentando de forma detalhada as práticas de gestão e as políticas que compõem o gerenciamento de riscos da Instituição. Além disso, demonstra a necessidade da adequação do capital para cobrir tais riscos.

#### ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

O Grupo constituiu a sua estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital da seguinte forma:



FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

## PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES:

#### Diretoria de Middle Office:

- Implementar a estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez;
- Implementar as políticas de Risco de Mercado e Liquidez e suas revisões no mínimo anualmente;
- Prover os recursos necessários à gestão de Risco de Mercado e Liquidez;
- Ser o responsável pelas informações referentes aos Riscos de Mercado e Liquidez enviados ao BACEN.

#### Diretoria de Back Office:

- Implementar as estruturas de Gerenciamento de Risco de Crédito e Operacional;
- Implementar as políticas de Risco de Crédito e Risco Operacional e suas revisões no mínimo anualmente;
- Prover os recursos necessários à gestão de Risco de Crédito e de Risco Operacional;
- Promover a cultura de riscos e controles internos nas atividades regulares da Instituição;
- Ser o responsável pelas informações referentes ao Risco de Crédito e Operacional.
- Ser o "sponsor" dos Comitês de Finanças, Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos (GCCI), Crédito e Cobrança, Riscos Integrados e *Asset Liability Committee* ALCO.

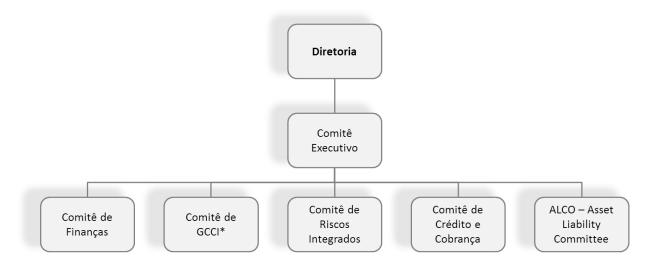
#### **Auditoria Interna**

Verificar se os procedimentos adotados nas áreas estão de acordo com as políticas internas e os normativos publicados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN).

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

#### ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORTIVA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

A estrutura de governança corporativa de gerenciamento de riscos e capital é respaldada por uma estrutura de comitês. Destacamos os seguintes comitês que têm envolvimento com o gerenciamento de riscos e de capital:



(\*) – Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos.

## PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES:

#### Comitê de Finanças

Aprova políticas e estratégias financeiras, contábeis e tributárias da Instituição, inclusive sobre divulgação de informações ao mercado. Define a estratégia de gestão de capital, visando assegurar a sua adequação em relação à complexidade das operações.

#### Comitê de Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos (GCCI)

Avalia e propõe ações para o aprimoramento das boas práticas de governança corporativa, aprova estratégias relacionadas à disseminação da cultura em conformidade com as normas aplicáveis à Instituição, controles internos e prevenção e combate aos crimes de lavagem de dinheiro, corrupção e financiamento ao terrorismo. Aprova as matrizes de risco e planos de ação identificados no mapeamento dos diversos processos da Instituição.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

#### Comitê de Riscos Integrados

Define a estratégia e alcance de risco da Instituição, aprova políticas e planos de iniciativas de riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e valor residual assegurando a adequada gestão dos riscos. Avalia os impactos dos riscos relevantes no resultado final e atua para garantir a segurança necessária para um crescimento sustentável.

#### Comitê de Crédito e Cobrança

Aprova políticas de crédito e cobrança que assegurem a qualidade do portfólio, bem como os processos operacionais que impactem diretamente no adequado cumprimento destas políticas, gerando um ambiente operacional seguro e alinhado com a estratégia estabelecida para o Risco de Crédito da Instituição.

## ALCO - Asset Liability Committee

Analisa e decide estratégias para operações da Tesouraria, com base no cenário econômico, limites operacionais, *matching* da carteira, fluxo de caixa e estratégia de captação/aplicação.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

#### ASPECTOS QUALITATIVOS DAS ESTRUTURAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

A Instituição considera o gerenciamento de riscos fundamental para a tomada de decisão, proporcionando maior confiabilidade, otimização da relação risco x retorno e melhor alocação de capital.

Em conformidade com a Resolução do CMN nº 3.988/11, a Instituição implementou uma estrutura para gerenciamento de capital.

Apresenta-se abaixo, as estruturas, estratégias e ferramentas para o gerenciamento de Risco Operacional, Risco de Mercado, Risco de Liquidez e Risco de Crédito, bem como para o Gerenciamento de Capital.

#### RISCO OPERACIONAL

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos, segundo a Resolução do CMN nº 3.380/06. Esta definição inclui o risco legal definido como a possibilidade de perdas decorrentes de inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição, bem como perdas decorrentes de decisão ou precedentes desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos.

A Instituição considera os seguintes eventos de Risco Operacional:

- Fraude interna:
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente no local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
- Eventos que acarretem a interrupção das atividades da Instituição;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na Instituição.

Visando atender aos objetivos estratégicos e ao adequado gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de risco operacional está alinhada às orientações do grupo *Volkswagen Financial Services AG*, aos requerimentos do Acordo de Basileia e às exigências do CMN e BACEN, definidos na Resolução do CMN nº 3.380/06.

A diretoria de *Back Office* foi definida como a responsável pela gestão de Risco Operacional. A estrutura de Risco Operacional, subordinada a essa diretoria, controla e monitora a questão seguindo normas de órgãos reguladores e corporativas. Adicionalmente, a área de Controle Internos, subordinada à mesma diretoria, é responsável por mapear riscos e controles, efetuar os testes de controles e monitorar a implementação dos planos de ação definidos.

Principais responsabilidades associadas à Gestão do Risco Operacional:

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

## A) Comitê de Riscos Integrados<sup>1</sup>

- Aprovar a estratégia da instituição no âmbito dos distintos riscos avaliados pela empresa;
- Aprovar o plano de iniciativas de riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental e valor residual;
- Aprovar a política e a estrutura de gerenciamento de risco de mercado, liquidez e operacional;
- Aprovar os estudos de testes de estresse e avaliar impactos;
- Aprovar as questões relacionadas ao plano de continuidade de negócios;
- Aprovar os componentes de risco para capital regulatório;
- Aprovar premissas relacionadas ao custo de risco (Risk Cost) na carteira de crédito no exercício de PR e budget;
- Aprovar planos de ação relacionados a perdas operacionais superiores a 500.000 Euros;
- Aprovar componentes de risco do Leasing Operacional e Gestão de Frotas, tais como valor residual, IPVA, manutenções e instalação de acessórios em veículos;
- Aprovar ações relacionadas ao KPIs de Risco.

#### B) Diretoria de Back Office

- Implementar a estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional aprovada pela alta administração;
- Prover os recursos para a estrutura aprovada;
- Promover a cultura de riscos e controles internos nas atividades regulares da organização;
- Ser o sponsor dos Comitês de Riscos Integrados e Comitê de GCCI (Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos).

## C) Comitê de Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos<sup>2</sup>

- Avaliar e propor ações para o aprimoramento das práticas de governança corporativa na instituição;
- Propor a alteração dos regimentos dos comitês, quando necessário;
- Aprovar as diretrizes de governança corporativa;
- Conduzir um processo formal (no mínimo anual) de avaliação dos comitês, apresentar os resultados e deliberar sobre as alterações no modelo;

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Composto pelos departamentos de Risco, Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos, Contabilidade, Planejamento Estratégico, Tecnologia da Informação, diretoria de *Front Office, Middle Office* e *Back Office*.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Composto pelos departamentos de Risco, Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos, Contabilidade, Operações de Campo, Tecnologia da Informação, diretoria de *Front Office*, *Middle Office* e *Back Office*.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

- Disseminar o tema e aprovar treinamentos a todos os públicos da empresa e terceiros, relacionados a
  assuntos como governança corporativa, compliance, controles internos e prevenção e combate aos crimes
  de lavagem de dinheiro, corrupção e financiamento ao terrorismo (PLD-FT);
- Aprovar os processos e critérios de seleção de clientes com indícios de lavagem de dinheiro;
- Sobre pontos de responsabilidade da área de Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos, deliberar sobre os planos de ações relacionados aos apontamentos registrados nos relatórios e comunicações emitidas pelos órgãos supervisores competentes e de auditoria interna / externa;
- Apresentar de forma estruturada os assuntos regulatórios, principalmente os que estão vinculados a eventuais apontamentos de órgãos reguladores, auditorias internas / externas e controles internos;
- Acompanhar a aderência às normas e legislações vigentes;
- Acompanhar a implementação dos normativos emitidos pelos órgãos reguladores e deliberar sobre o plano de ação envolvido, se necessário;
- Aprovar o scoping e cronograma da revisão anual das matrizes de controles internos;
- Aprovar plano de ação para deficiência encontrada na avaliação das normas;
- Aprovar plano de ação para a deficiência encontrada na avaliação de controles internos, KRIs e perdas oriundas de riscos operacionais;
- Aprovar políticas de gerenciamento de riscos operacionais.

#### D) Comitê Executivo

Departamento de Risco Operacional apresenta ao Comex os seguintes itens:

- Impactos financeiros relevantes base de perdas;
- KRIs Indicadores Chaves de Risco;
- Maiores categorias de riscos identificados eventos e planos de ação de Risco Operacional;
- Atualizações sobre fornecedores considerados Outsourcing e Business Continuity Management (BCM).

#### E) Gerenciamento de Risco Operacional

- Elaboração, monitoramento e manutenção das políticas de risco operacional;
- Avaliação e mensuração de riscos operacionais em projetos, produtos e processos;
- Disseminar e promover a cultura de risco operacional e através de treinamentos e campanhas internas;
- Promover reuniões e relatórios periódicos sobre aspectos envolvendo riscos operacionais destinados à diretoria, ao Banco Central, à Volkswagen Financial Services AG e demais áreas envolvidas;
- Capturar, validar e incluir perdas operacionais;

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

- Apoiar áreas na definição de planos de ação de mitigação de risco operacional, bem como acompanhar e avaliar os resultados após implantação;
- Avaliar impactos relacionados a processos críticos, apoiar áreas na definição de planos de contingência, coordenar a execução de testes periódicos, elaborar e aplicar treinamentos e campanhas para consolidação da visão de continuidade de negócios (BCM) para toda a instituição;
- Promover a avaliação e monitoração de riscos operacionais em serviços terceirizados (outsourcing);
- Desenvolver metodologia de avaliação de impacto em processos para efeito de continuidade de negócios, bem como elaborar testes periódicos para verificação das estruturas de contingência, além de promover treinamentos e ações para disseminação da cultura de prevenção envolvendo pessoas, processos e terceiros.

#### F) Áreas de Negócio

- Validar as matrizes de riscos e controles conforme cronograma de revisões;
- Reportar os eventos e perdas por risco operacional ao departamento de Risco, de acordo com os padrões e prazos estabelecidos, ou sempre que necessário;
- Implementar os planos de ação para mitigação do risco operacional sob sua gestão;
- Monitorar e controlar os riscos operacionais de sua área;
- Reportar mensalmente as perdas de risco operacional ocorridas.

#### G) Departamento de Contabilidade

- Divulgar informações sobre a estrutura de gestão de risco operacional nas demonstrações financeiras;
- Realizar o cálculo de alocação de capital de risco operacional, mediante abordagem padronizada, seguindo critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.640/13;

## H) Departamento de Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos

A estrutura de Controles Internos está inserida na área de GCCI – Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos tendo como principal objetivo mapear e avaliar os controles internos que mitigam os riscos operacionais e riscos de distorções significativas nos demonstrativos contábeis mapeados, auxiliando assim as áreas envolvidas e a alta administração<sup>3</sup> na identificação de erros e fraudes nos processos que asseguram a integridade das demonstrações financeiras. As principais responsabilidades da área de controles internos são:

 Definir escopo e cronograma da revisão anual das matrizes de riscos, validando-os junto à área de Risco Operacional;

RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS 1ºT

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Diretoria de *Front Office*, *Middle Office* e *Back Office*.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

- Elaborar as matrizes de risco, identificando e documentando riscos e controles;
- Mapear riscos operacionais e riscos de erros significante nas demonstrações financeiras e identificar os seus principais mecanismos de controles;
- Identificar, avaliar e testar os controles-chave e classificá-los de acordo com sua relevância, tipo e frequência nas matrizes de risco;
- Acompanhar a implementação dos planos de ações e monitorar para mitigar os riscos;
- Submeter os planos de ação definidos baseado na avaliação dos controles ao Comitê de Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos;
- Disseminar a cultura de gestão de controles internos e riscos para funcionários e terceiros relevantes;
- Elaborar o relatório relativo à Resolução do CMN nº 2.554/98, informando as deficiências de controles e ações para sua mitigação;
- Elaborar o relatório relativo à Resolução do CMN nº 3.467/09, informando a avaliação da qualidade e adequação do sistema de controles internos, inclusive sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos, elaborado como resultado do trabalho de auditoria independente;
- Elaborar o relatório de gerenciamento de risco operacional relativo à Resolução do CMN nº 3.380/07, informando as deficiências de controles e ações para sua mitigação;

## I) Normativas

Conjunto de políticas, normas e manuais internos voltados à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos. Dentre os documentos adotados, destacam-se:

- "POLÍTICA DE RISCO OPERACIONAL": documento que define as diretrizes, os conceitos, as responsabilidades para o gerenciamento de risco operacional com intuito de identificar, avaliar, mensurar, mitigar, controlar e monitorar os riscos operacionais.
- "POLÍTICA DE OUTSOURCING": documento que define diretrizes, conceitos, papéis e responsabilidades com o objetivo de minimizar os riscos que a contratação de serviços terceirizados (outsourcing) pode trazer à Instituição.
- "MANUAL DE GESTÃO DO RISCO OPERACIONAL": descreve o modelo de gerenciamento adotado pela Instituição, contemplando processos, procedimentos e metodologias utilizadas para esta finalidade.
- HANDBOOK FOR THE MANAGEMENT OF OPERATIONAL RISKS": documento com diretrizes de Gerenciamento de Risco Operacional definidas pela Volkswagen Financial Services AG que aplica-se a todos os funcionários que trabalham para empresas da Volkswagen Financial Services AG em todo o mundo.
- "POLÍTICA BUSINESS CONTINUITY MANAGEMENT": descreve as bases para a implementação das exigências regulatórias e internas da Instituição para o Business Continuity Management, a fim de garantir que em caso de uma crise (catástrofe, desastre) as operações de negócios sejam mantidas em um nível que atenda essas exigências.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

- "REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA CORPORATIVA, COMPLIANCE E CONTROLES INTERNOS": Avalia e propõe ações para o aprimoramento das boas práticas de governança corporativa, aprova estratégias relacionadas à disseminação da cultura de conformidade com as normas aplicáveis a Instituição, controles internos e prevenção e combate aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. Aprova as matrizes de risco e planos de ação identificados no mapeamento dos diversos processos da Instituição.
- "PROCEDIMENTO DE COMITÊS DE GESTÃO DA VWFS": oficializa e estabelece as orientações e critérios a serem observados para a constituição, inclusão de participante(s), manutenção e descontinuação dos comitês de gestão da Instituição.
- POLÍTICA DE CONTROLES INTERNOS: estabelece os conceitos, as formas de avaliação e o acompanhamento do sistema de controles internos das empresas que compõem a Volkswagen Serviços Financeiros - VWFS.

## J) Metodologias

O gerenciamento de riscos operacionais é realizado através das seguintes metodologias:

- Entendimento dos processos executados na Instituição para o cumprimento de seus objetivos de negócio;
- Identificação, através de matrizes de risco operacional, dos riscos associados aos processos, considerando a relevância da cada risco e a existência de controles internos associados;
- Avaliação e qualificação dos riscos e controles operacionais em base periódica, contribuindo para determinar o impacto desses riscos e do grau de eficácia dos controles internos (vulnerabilidade);
- Testes de controle que são realizados para confirmar se os processos de mitigação de riscos identificados (controles) foram colocados em prática;
- Definição e acompanhamento de planos de ação com o objetivo de diminuir / mitigar os riscos operacionais existentes;
- Definição e acompanhamento de Indicadores Chave de Riscos Operacionais relacionados às classificações de riscos do BACEN:
- Ações contingenciais para os riscos relevantes de descontinuidade dos negócios;
- Captura, tratamento e armazenamento dos eventos de risco operacional;
- Avaliação de risco dos prestadores de serviços classificados como Outsourcing;
- Avaliação de riscos operacionais no desenvolvimento de novos produtos, projetos e na modificação de produtos existentes;
- Plano de Contingência e Plano de Recuperação de Desastres (DRP).

Todas estas metodologias encontram-se apresentadas nas políticas e manuais associados à gestão de Risco Operacional, Controles Internos e também como plano de continuidade de negócios e todos os conceitos para esta gestão. Tais metodologias são condizentes com as melhores práticas, visando mitigar riscos operacionais, estando de acordo com as exigências regulatórias vigentes.

FINANCIAMENTOS, CONSÓRCIO, SEGUROS, MOBILIDADE.

O processo de comunicação e informação dos riscos ocorre com a periodicidade bimestral e trimestral nos Comitês de Riscos Integrados e de Governança Corporativa, Compliance e Controles Internos.

A área de Risco Operacional dissemina a cultura de monitoramento dos riscos operacionais na Instituição junto aos colaboradores e estagiários, através de treinamentos presenciais e eletrônicos, propagando assim a importância dos processos de gestão de Risco Operacional.

A Instituição, em atendimento à Circular BACEN nº 3640/13, adotou o Método Padronizado Alternativo para o cálculo da parcela referente ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) para a cobertura do Risco Operacional (RWAopad).

#### **RISCO DE MERCADO**

Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas em função da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Visando atender aos objetivos estratégicos e ao adequado gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de risco de mercado da Instituição está alinhada às orientações do grupo Volkswagen Financial Services AG, aos requerimentos do Acordo de Basileia e às exigências do CMN e BACEN.

Dessa forma, a Instituição implementou uma função voltada ao gerenciamento deste risco como parte de sua Governança Corporativa.

Em conformidade com a Resolução do CMN nº 3.464/07, o departamento de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez atua de forma independente das áreas de negócios, e é subordinada à diretoria de *Middle Office* (Operações). Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado nacional e internacional, diariamente o risco de mercado é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais estabelecidos em comitês específicos.

Principais responsabilidades associadas à gestão do risco de mercado:

#### A) Diretoria de Middle Office

- Implementar a estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez;
- Implementar as políticas de Risco de Mercado e Liquidez e suas revisões no mínimo anualmente;
- Promover os recursos necessários à gestão de Risco de Mercado e Liquidez;
- Responsável pelas informações referentes ao Risco de Mercado e Liquidez enviadas ao BACEN.

#### B) Gerenciamento de Risco de Mercado

Definir a metodologia, ferramentas, políticas e procedimentos internos;

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

- Utilizar sistemas para identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos de mercado do Conglomerado Prudencial;
- Monitorar a execução da metodologia de gestão de risco de mercado na Instituição;
- Monitorar a exposição da Instituição em relação aos limites estabelecidos;
- Monitorar política de classificação de carteiras;
- Realizar simulações de condições extremas de mercado (testes de estresse) e testes de avaliação de sistemas:
- Elaborar relatórios gerenciais para reportar o risco de mercado para os departamentos afetados, para a diretoria e para a matriz Volkswagen Financial Services AG;
- Reportar imediatamente aos membros do ALCO e do Comitê de Riscos Integrados os casos em que sejam identificados excessos em relação aos limites estabelecidos;
- Identificar os riscos inerentes à reformulação ou à criação de novas atividades e produtos, bem como analisar, previamente ao seu lançamento, a adequação aos procedimentos e controles adotados pela Instituição;
- Capacitar a equipe de trabalho, coordenando a aplicação de treinamentos sobre a metodologia utilizada, quando necessário.

#### C) Normativas

Conjunto de políticas, normas e manuais internos voltados à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos relativos ao gerenciamento do risco de mercado. Dentre os documentos adotados, destaca-se:

- "POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE MERCADO": documento com enfoque estratégico, que define as diretrizes, conceitos, estrutura organizacional, papéis e responsabilidades;
- "MANUAL DE PROCESSO": Documento que estabelece conceitos, critérios, fluxograma de atividades, detalhamento das atividades, indicadores (quando aplicável) e responsabilidades do processo e dos subprocessos de Risco de Mercado, do início ao fim.

#### D) Metodologias

Para o monitoramento e controle da exposição ao Risco de Mercado, a Instituição adotou as seguintes ferramentas:

- Análise de descasamentos de Ativos e Passivos: agrupamento de saldos marcados a mercado, por moeda e por carteira, com seu respectivo prazo de duração. Possui o macro-objetivo de avaliar preliminarmente os descasamentos entre ativos e passivos;
- VaR (Value at Risk): mede a pior perda estimada ao longo de determinado horizonte de tempo (1dia), sob condições normais de mercado e dentro de um determinado intervalo de confiança (99%);
- Testes de Estresse: visão gerencial de potencial perda de capital da instituição (patrimônio) com a aplicação de testes de cenários de alta volatilidade para um horizonte de tempo indeterminado, sendo considerados como apoio no estabelecimento e revisão das políticas e limites internos de exposição ao

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

risco de mercado para fins de adequação de capital. Em conformidade com a Resolução do CMN nº 3.464/07, a área simula o comportamento da carteira em condições extremas de mercado. Os testes de estresse regulatórios são realizados com periodicidade mínima mensal, conforme Circular BACEN nº 3.365/07;

- Adicionalmente aos testes de estresse regulatórios, trimestralmente a área de Back Office de Tesouraria Risco de Mercado e Liquidez realiza os testes de estresse considerando os cenários da BM&FBovespa, Histórico e Regulatório (Circular BACEN nº 3.365/07). Os resultados são apresentados ao ALCO - Asset Liability Committee;
- Análise de Sensibilidade: medida que demonstra o impacto que a carteira sofreria caso um determinado fator de risco se alterasse em uma determinada unidade;
- EVE Economic Value of Equity: simula os impactos das oscilações das taxas de juros no Valor Econômico da Instituição.

## E) Classificação das Carteiras

A segregação das carteiras da Instituição foi definida da seguinte forma:

Carteira de Negociação (Trading Book): Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. Devido à natureza e característica de suas operações, a Instituição não possui operações integrantes na carteira de negociação.

Carteira de Não Negociação (Banking Book): Consiste nas operações mantidas até o vencimento, sem intenção de negociação.

Devido à natureza e características de suas operações, assim como os seus objetivos de negócio, a Instituição classifica como fora da carteira de negociação as seguintes operações que compõe as suas posições financeiras:

- Operações ativas (operações de crédito e de aplicações);
- Operações passivas (operações de captação)
- Operações de derivativos utilizadas para hedge da carteira.

#### F) Limites Operacionais

A estrutura de limites adotada tem por objetivo permitir a atuação do departamento de Tesouraria de forma transparente e eficiente, mediante as restrições para contratação e carregamento de posições. Os principais limites operacionais adotados pela Instituição são:

- Limites de VaR (perdas máximas potenciais);
- Limite de descasamento entre Ativos e Passivos (Target Structure).
- Limite de EVE (Economic Value of Equity).

FINANCIAMENTOS, CONSÓRCIO, SEGUROS, MOBILIDADE.

Em caso de excesso dos limites, a área de Risco de Mercado e Liquidez informa a Alta Administração e gera um alerta para Tesouraria fazer o reenquadramento dos limites.

#### G) Capital Regulatório - Cálculo Parcela Rban

Em atendimento à Circular BACEN nº 3.365/07, para mensuração e controle do risco de taxa de juros da Carteira Banking, a Instituição adotou a metodologia EVE (Economic Value of Equity).

Esta metodologia consiste em apurar o valor presente da carteira utilizando as taxas de juros de mercado e também os cenários projetados pelo departamento de Risco de Mercado e Liquidez. Estes cenários são elaborados considerando uma amostra de 5 anos e um horizonte de tempo de 10 dias.

A carteira é marcada a mercado utilizando a curva de juros da data da análise e também a curva projetada pela área de Risco de Mercado e Liquidez. A diferença entre os dois cenários é o risco de taxa de juros da Carteira Banking.

#### H) Processo

O Gerenciamento de Risco de Mercado é realizado diariamente. O processo de comunicação e informação de risco de mercado ocorre diariamente para os departamentos envolvidos e Alta Administração e periodicamente por meio de comitês específicos.

O monitoramento e controle de risco de mercado é realizado de forma sistêmica por meio de metodologias e modelos condizentes com as melhores práticas, permitindo embasar decisões estratégicas da Instituição com agilidade e elevado grau de confiança, além do atendimento de critérios regulamentares vigentes.

#### RISCO DE LIQUIDEZ

Risco de Liquidez é a possibilidade de a Instituição não honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Visando atender aos objetivos estratégicos e ao adequado gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez da Instituição está alinhada às orientações do grupo Volkswagen Financial Services AG, aos requerimentos do Acordo de Basileia e às exigências do CMN e BACEN.

Dessa forma, a Instituição implementou uma função voltada ao gerenciamento deste risco como parte de sua Governança Corporativa.

Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.090/12, o departamento de Gerenciamento de Risco de Liquidez atua de forma independente das áreas de negócios e é subordinada à diretoria de Middle Office

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

(Operações). Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado nacional e internacional, diariamente o risco de liquidez é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais estabelecidos em comitê específico.

Principais responsabilidades associadas à gestão do risco de liquidez:

#### A) Diretoria de Middle Office

- Implementar a estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez;
- Implementar as políticas de Risco de Mercado e Liquidez e suas revisões no mínimo anualmente;
- Prover os recursos necessários à gestão de Risco de Mercado e Liquidez;
- Responsável pelas informações referentes ao Risco de Mercado e Liquidez enviadas ao BACEN.

#### B) Gerenciamento de Risco de Liquidez

- Definir a metodologia, ferramentas, políticas e procedimentos internos;
- Utilizar sistemas para identificar, avaliar, monitorar e controlar o risco de liquidez do Conglomerado Prudencial;
- Monitorar a execução da metodologia de gestão de risco de liquidez na Instituição;
- Monitorar a exposição da Instituição em relação aos limites estabelecidos;
- Elaborar relatórios gerenciais para reportar o risco de liquidez para os departamentos afetados, para a diretoria e para a matriz Volkswagen Financial Services AG;
- Reportar imediatamente aos membros do ALCO e do Comitê de Riscos Integrados os casos em que sejam identificados excessos em relação aos limites estabelecidos;
- Identificar os riscos inerentes à reformulação ou à criação de novas atividades e produtos, bem como analisar, previamente ao seu lançamento, a adequação aos procedimentos e controles adotados pela Instituição;
- Capacitar a equipe de trabalho, coordenando a aplicação de treinamentos sobre a metodologia utilizada, quando necessário.

#### C) Normativas

Conjunto de políticas, normas e manuais internos voltados à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos relativos ao gerenciamento do risco de liquidez. Dentre os documentos adotados, destaca-se:

 "POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE LIQUIDEZ": documento com enfoque estratégico, que define as diretrizes, conceitos, estrutura organizacional, papéis e responsabilidades;

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

 "MANUAL DE PROCESSO": Documento que estabelece conceitos, critérios, fluxograma de atividades, detalhamento das atividades, indicadores (quando aplicável) e responsabilidades do processo e dos subprocessos de Risco de Liquidez, do início ao fim.

#### D) Metodologias

A metodologia contempla os seguintes instrumentos:

- Fluxo de Caixa: É a previsão de entradas e saídas de recursos por um determinado período, com o objetivo de garantir a solidez financeira da Instituição no curto, médio e longo prazo.
- Teste de Aderência: Técnica que consiste em verificar se os resultados do modelo estão de acordo com os resultados apurados, com o objetivo de validar o cenário elaborado para necessidade de caixa e se suas premissas estão dentro de um padrão minimamente aceitável de variação.
- Colchão de Liquidez: Formado pelos recursos em caixa que podem ser usados para pagamento das obrigações de uma Instituição, em momentos de volatilidade do mercado.
- Teste de Estresse: Técnica de avaliação da resposta de uma carteira de ativos ou obrigações em relação a variações extremas de liquidez que influenciam essa carteira. O propósito do teste de estresse é quantificar a perda de uma carteira caso uma situação adversa de mercado específica ocorra.
- Plano de Contingência de Liquidez: Procedimento de gestão a ser adotado quando a projeção de liquidez em curto prazo indica a definição de níveis inferiores ou no caso de falta de recursos e agravamento da crise no mercado financeiro.

#### E) Limites Operacionais

A estrutura de limites adotada tem por objetivo permitir a atuação do departamento de Tesouraria de forma transparente e eficiente, mediante as restrições para contratação e carregamento de posições. Os principais limites operacionais adotados pela Instituição são:

- Limite de Colchão de Liquidez;
- Limites Bancários;
- Limite de concentração de vencimentos de Funding.

Em caso de excesso dos limites, a área de Risco de Mercado e Liquidez informa a Alta Administração e gera um alerta para Tesouraria fazer o reenquadramento dos limites

FINANCIAMENTOS, CONSÓRCIO, SEGUROS, MOBILIDADE.

#### F) Processo

O Gerenciamento de Risco de Liquidez é realizado diariamente. O processo de comunicação e informação de risco de liquidez ocorre diariamente para os departamentos envolvidos e para Alta Administração, e periodicamente por meio de Comitês.

O monitoramento e controle de risco de liquidez é realizado de forma sistêmica por meio de metodologias e modelos condizentes com as melhores práticas, permitindo embasar decisões estratégicas da Instituição com agilidade e elevado grau de confiança, além do atendimento de critérios regulamentares vigentes.

#### RISCO DE CRÉDITO

Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perda decorrente do não cumprimento de seus compromissos, por parte do devedor, nas datas acordadas previamente. Este risco está relacionado a fatores externos à empresa e podem prejudicar o pagamento do crédito concedido.

O Risco de Crédito varia de acordo com: perfil dos clientes, produtos e serviços oferecidos, valor solicitado e instituição que concede o crédito.

Visando atender aos objetivos estratégicos e à adequada gestão de riscos, a estrutura de gerenciamento de risco de crédito da Instituição está alinhada às orientações da Matriz Volkswagen Financial Services AG, aos requerimentos do Acordo de Basileia e às exigências do CMN e BACEN.

Dessa forma, a Instituição implantou uma função voltada ao gerenciamento deste risco como parte de sua Governança Corporativa.

A diretoria de *Back Office* foi definida como a responsável pela gestão do risco de crédito. A estrutura de Risco de Crédito, subordinada a essa diretoria, é responsável pelo controle e monitoramento do risco de crédito seguindo normas de órgãos reguladores e normas corporativas.

Os principais papéis e responsabilidades associadas à gestão do risco de crédito são:

#### A) Diretoria de Back Office

Responsável por prover os recursos necessários à gestão do risco de crédito de acordo com a estrutura aprovada e referendar as políticas, processos e procedimentos de acordo com as estratégias corporativas, permitindo identificar, mensurar, controlar e mitigar os riscos associados a cada instituição individualmente e ao Conglomerado Prudencial.

#### B) Gerenciamento de Risco de Crédito

A Instituição efetua a gestão do risco de crédito do Conglomerado Prudencial e das respectivas instituições integrantes. Dentre suas atribuições destacam-se:

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

- Aprimoramento, aferição e elaboração de inventários de seus modelos para crédito e cobrança;
- Monitoramento do desempenho do portfólio de crédito;
- Definição das políticas de crédito e cobrança alinhadas ao apetite de risco da Instituição;
- Monitoramento das concentrações de inadimplência e perdas;
- Fechamento e análise das provisões para devedores duvidosos;
- Identificação de novos componentes que representem riscos de crédito;

A estrutura dedicada ao controle e monitoramento do risco de crédito atua por meio de normativos e metodologias condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição da Instituição.

#### C) Normativas

Conjunto de políticas e normas internas voltado à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos relativos ao gerenciamento do risco de crédito. Todo esse conjunto é submetido à aprovação de um Comitê, composto por membros de departamentos envolvidos nos processos por meio de reuniões realizadas mensalmente, com objetivo de recomendar e aprovar as estratégias e políticas do risco de crédito. Dentre os documentos adotados destacam-se o Manual de Risco.

#### D) Metodologias

A metodologia contempla os seguintes instrumentos:

- Modelagem analítica de scoring para concessão, gestão de crédito e cobrança;
- Modelos de rating de crédito;
- Monitoramento e validação dos modelos estatísticos;
- Apuração e cálculo do valor futuro dos riscos das carteiras forecast;
- Processo para realização de testes de stress;
- Modelo de LGD (Loss Given Default);
- Monitoramento das garantias;
- Relatórios analíticos para o risco de crédito.

Os limites de crédito são monitorados continuamente e alterados em função da capacidade, necessidade e comportamento dos clientes, e devidamente aprovados conforme alçada estabelecida em política.

#### E) Políticas

As descrições abaixo estabelecem o processo e as responsabilidades pela definição e administração das políticas de crédito e cobrança varejo e *corporate*, que abrangem: classificação de risco (*escore/rating*) prazo, carência, percentual de entrada, alçadas de aprovação, aceitação de garantias, período das ações (réguas de cobrança), valores (acordos, propostas, renegociações de dívida, confissões de dívida), aplicáveis aos produtos do Conglomerado Prudencial.

As políticas relacionadas à concessão de crédito e cobrança estabelecem:

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

- As condições operacionais aprovadas pela Instituição;
- Os valores e correspondentes níveis de alçada para aprovação.

Estas políticas e as exceções devem ser monitoradas e ajustadas pelo departamento de Risco para que a concessão de crédito e/ou a cobrança ocorra com a qualidade, segurança e nível de risco definidos pela Instituição. Alterações devem ser feitas também para adequá-las à realidade operacional e comercial do momento.

## PROCESSO DE ELABORAÇÃO

As políticas são elaboradas pelo departamento de Risco, com o suporte dos demais departamentos envolvidos no processo, principalmente os departamentos de Crédito ao Varejo, Crédito Corporate e Cobrança, e são aprovadas pelos Comitês relacionados abaixo, conforme o tipo de política:

- Comitê de Riscos Integrados;
- Comitê de Crédito e Cobrança;

#### **RESPONSABILIDADE**

É responsabilidade do departamento de Risco tomar as seguintes providências para a implantação da política:

- Envolver os departamentos relacionados com o assunto, principalmente os departamentos de Crédito (Varejo e Corporate) e Cobrança quanto à inclusão, alteração ou exclusão da política;
- Submeter a proposta da política definida ao respectivo Comitê;
- Adaptar os parâmetros nos sistemas informatizados, quando aplicável;
- Providenciar as adequações das políticas nos procedimentos para posterior divulgação ao público interno.
- Manter toda a documentação utilizada no levantamento e aprovação das políticas, possibilitando futuras verificações e rastreamento das políticas vigentes em períodos anteriores;
- Monitorar permanentemente a aplicação das políticas (alçadas e processos) e resultados alcançados, bem como tomar ações visando o imediato ajuste, sempre que for considerado necessário.

É responsabilidade do departamento de Crédito ao Varejo, Crédito Corporate e Cobrança:

- Avaliar os impactos das políticas em processos operacionais e sistemas informatizados. Havendo necessidade de ajustes em sistemas, sugerir ao departamento de Risco as providências cabíveis e imediatas;
- Implantar as políticas junto ao pessoal envolvido na análise e concessão de crédito e cobrança (funcionários dos departamentos, escritórios de advocacia, concessionárias, promotores de venda, etc.);
- Realizar spot check de crédito e cobrança de documentos, processos e sistemas;
- Fornecer dados e subsídios para que o departamento de Risco de Crédito, avalie, desenvolva e busque aprovação da política na alta gerência.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

#### GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital visa apoiar o processo decisório nos negócios. O risco de capital consiste no risco da Instituição não possuir capital suficiente para:

- atingir o capital mínimo requerido pelo regulador no Brasil, uma vez que a autorização para operar como um banco é dependente da manutenção adequada do nível de capital;
- manter o rating da Instituição, pois uma mudança no rating pode alterar diretamente o custo de captação;
- ter condições de atingir o crescimento e estratégias traçadas.

A Instituição implementou uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Grupo está sujeito e realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

A diretoria de *Back Office* foi definida como a responsável pelo gerenciamento de capital. A estrutura organizacional baseia-se em três pilares básicos para assegurar o adequado gerenciamento de capital:

## APROVAÇÃO E CONTROLE DO APETITE AO RISCO

O apetite ao risco corresponde ao nível de risco que a Instituição decide assumir para atingir seus objetivos de negócio. Dessa forma, este pilar é constituído pela alta administração da Instituição, responsável pelas diretrizes e estratégias nos diferentes âmbitos da operação. O apetite ao risco é determinado em Comitês Gerenciais específicos, como Finanças, Riscos Integrados, ALCO e GCCI, e a supervisão e monitoramento são realizados através do Comitê Executivo e do Comitê de Auditoria.

#### REPORTE E CONTROLE

Nas atividades diárias, a responsabilidade pelo controle e apresentação de relatórios está nas áreas diretamente relacionadas aos Comitês Gerenciais, pois estas são as áreas funcionais da Instituição.

Este pilar é constituído pelas áreas sob a responsabilidade da diretoria de Back Office: Gerência de Contabilidade, Gerência de Controladoria, Gerência do Tributário, GCCI, Gerência de Risco e Gerência de Tesouraria, com exceção da área de Risco de Mercado e Liquidez, que possui linha de reporte à diretoria de Middle Office, em atendimento às Resoluções do CMN nº 3.464/07 e nº 2.804/00, respectivamente.

O plano de capital é realizado para um horizonte de cinco anos, a fim de suportar a estratégia de longo prazo do Grupo e é monitorado regularmente em cenários de normalidade e estresse de acordo com e as exigências do CMN e BACEN.

O plano de capital é avaliado pela administração de forma a sinalizar e propor ações, como um plano de contingência de capital, em caso de excesso ou insuficiência de capital para atingir os objetivos estratégicos do Grupo. Para assegurar que o nível de capital está adequado ao apetite de risco da Instituição, é definido um colchão

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

de acima do índice da Basileia, com finalidade de garantir que, caso o índice de Basileia esteja abaixo do percentual regulatório, o Grupo tenha fôlego para novos negócios até que ocorra aporte de capital.

Adicionalmente, o Comitê Executivo ("COMEX") e o Comitê de Finanças avaliam, mensal e trimestralmente, respectivamente, os relatórios de monitoramento e controle de risco de capital, visando assegurar a sua adequação em relação à complexidade das operações, bem como atendimento aos requerimentos regulatórios.

#### **ASSURANCE**

Esse pilar tem como objetivo averiguar que as decisões da Instituição com relação às políticas aprovadas para o gerenciamento de capital estão sendo executadas de acordo com os procedimentos e controles desenhados pela Instituição, de forma a assegurar que a estrutura de processos internos é adequada ao porte e complexidade das operações da Instituição.

Para isso, a Instituição está submetida à avaliação do departamento de Auditoria Interna e também a revisões e exames realizados pela Auditoria Externa. O escopo e o resultado do trabalho realizado por estas auditorias são apresentados ao Comitê de Auditoria, que, dentre suas atribuições, está a supervisão e avaliação do desempenho dos auditores internos e externos.

#### **NORMATIVAS**

Conjunto de políticas, normas e manuais internos voltados à documentação e orientação das estratégias, métodos e procedimentos relativos ao gerenciamento de capital. Dentre os documentos adotados, destaca-se a Política de Gerenciamento de Capital, a qual descreve, entre outros aspectos, a estrutura organizacional, os processos organizacionais e o plano de capital.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

## REQUERIMENTOS DE CAPITAL VIGENTES E EM IMPLANTAÇÃO

Os requerimentos mínimos de capital do Grupo seguem o conjunto de resoluções e circulares divulgadas pelo BACEN que implantam no Brasil os padrões globais de requerimento de capital conhecidos como Basileia III. São expressos na forma de índices obtidos pela relação entre o capital disponível, demonstrado pelo Patrimônio de Referência (PR) e os ativos ponderados pelo risco (RWA).

Para fins de cálculo do requerimento mínimo de capital, deve ser apurado o montante total do RWA pela soma das parcelas dos ativos ponderados pelos riscos de crédito, risco de mercado e risco operacional.

O requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Total (PR) corresponde a um índice de 11% de 1º de outubro de 2013 a 31 de dezembro de 2015, decaindo gradualmente até 8% em 1º de janeiro de 2019. Em contrapartida, as normas do BACEN estabeleceram um Adicional de Capital Principal (ACP), que corresponde à soma das parcelas ACPConservação, ACPContracíclico e ACPSistêmico que, em conjunto com as exigências mencionadas no parágrafo anterior, aumentam as exigências de capital ao longo do tempo.

Também foram redefinidos os requisitos para a qualificação dos instrumentos elegíveis a Capital de Nível I e Nível II. Adicionalmente, foi instituída a redução gradual da elegibilidade do estoque de instrumentos emitidos de acordo com a Resolução CMN nº 3.444/07.

A tabela abaixo apresenta o cronograma de implantação das regras de Basileia III no Brasil, definido pelo BACEN.

Indice de Basileia	2015	2016	2017	2018	2019
Capital Principal	4,500%	4,500%	4,500%	4,500%	4,500%
Nível I	6,000%	6,000%	6,000%	6,000%	6,000%
PR Total	11,000%	9,875%	9,250%	8,625%	8,000%
ACP conservação	0,000%	0,625%	1,250%	1,875%	2,500%
ACP contracíclico (1)	0,000%	0,000%	0,000%	0,000%	0,000%
ACP sistêmico (2)	0,000%	0,000%	0,000%	0,000%	0,000%
Adicional de Capital Principal (ACP)	0,000%	0,625%	1,250%	1,875%	2,500%
Capital Principal + ACP	4,500%	5,125%	5,750%	6,375%	7,000%
PR Total + ACP	11,000%	10,500%	10,500%	10,500%	10,500%
Deduções dos Ajustes Prudenciais	40%	60%	80%	100%	100%

<sup>(1)</sup> Atualmente, conforme a Circular BACEN nº 3.769/15, o valor requerido para a parcela ACP Contracíclico é igual a zero para o Brasil.

<sup>(2)</sup> Atualmente, conforme a Circular BACEN nº 3.768/15, o valor requerido para a parcela ACP Sistêmico para o Grupo é igual a zero.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

## INFORMAÇÕES RELATIVAS DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)

A adequação do capital e o uso de capital regulatório são monitorados pela Instituição por meio de técnicas baseadas em orientações estabelecidas pelo Acordo de Basileia, na forma implementada pelo CMN e BACEN, para fins de supervisão. As informações exigidas são mensalmente submetidas ao órgão competente.

O patrimônio de referência do Grupo está dividido em dois níveis:

- a) Nível I: composto pelo capital principal, apurado a partir do capital social, reserva de lucros, lucros acumulados do período (apresentados como "Patrimônio líquido" no quadro abaixo), e ajustes prudenciais referentes a saldos de ativos intangíveis constituídos a partir de 1º de outubro de 2013, e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para sua realização, após regras descritas no art. 5º da Resolução do CMN nº 4.192/13, e aplicação dos fatores descritos no art.11 desta mesma resolução.
- b) Nível II: Composto por instrumentos de dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.192/13 e também aquelas aprovadas pelo Bacen de acordo com a norma anterior.

Abaixo segue composição do Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial, findo no trimestre:

#### Em milhares de Reais

Apuração do Patrimônio de Referência (PR)	Dez 2015	Mar 2016
Patrimônio líquido	2.602.070	2.596.830
Ajustes prudenciais	(9.565)	(17.765)
Capital principal	2.592.505	2.579.065
Patrimônio de Referência - Nível I	2.592.505	2.579.065
Instrumentos de dívida subordinada	966.196	965.371
Patrimônio de Referência - Nível II	966.196	965.371

Total do Patrimônio de Referência (PR)	3.558.701	3.544.436
--	-----------	-----------

A composição detalhada do Patrimônio de Referência (PR) e informações sobre a adequação do PR estão contidas no Anexo I disponível no site www.bancovw.com.br.

Abaixo segue a composição por prazo de vencimento das dívidas subordinadas nos termos de núcleo de subordinação, com resgate final no vencimento, custodiadas na CETIP S.A. – Mercados organizados, cujo valor do Nível II do PR é:

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

#### Em milhares de Reais

Vencimento	Dez 2015	Mar 2016
Superior a 5 anos	792.952	789.211
Entre 4 e 5 anos	74.145	66.259
Entre 3 a 4 anos	46.602	55.538
Entre 2 e 3 anos	34.354	33.807
Entre 1 e 2 anos	18.143	20.556
Total	966.196	965.371

As principais características de termos e condições contratuais dos Instrumentos elegíveis ao nível II do Patrimônio de Referência (PR) estão contidas no Anexo II disponível no site <a href="https://www.bancovw.com.br">www.bancovw.com.br</a>.

A Instituição tem a aprovação, pelo BACEN, dos termos e condições dos contratos das Letras Financeiras Subordinadas para que possam compor o Nível II do PR. Em 09 de julho de 2013, foi publicada a Lei nº 12.838 (conversão da MP nº 608/13) que, dentre outros assuntos, determinou as alterações relacionadas à emissão de letras financeiras. Desta forma, alguns artigos da Lei nº 12.249/10 foram alterados para adequar às mudanças legislativas. Com o advento desta legislação, foi publicada a Resolução do CMN nº 4.192/13 que dispõe sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência.

Sendo assim, com o objetivo de atender as exigências determinadas por estes dispositivos e pela Resolução antes mencionada, a Instituição providenciou o aditamento aos contratos relacionados às Letras Financeiras Subordinadas. Este aditamento previu a inclusão de "Cláusulas Especiais do Núcleo de Subordinação" da Letra Financeira para constar, em síntese, os seguintes pontos:

- ✓ Data de vencimento e prazos;
- ✓ Condições que afastam a utilização da Letra Financeira para fins de compensação de débitos e créditos recíprocos;
- ✓ Condição de emissão sob a forma nominativa e escritural;
- ✓ Estabelecimento de regras para as hipóteses de recompra e/ou resgate;
- ✓ Suspensão do pagamento da remuneração estipulada, quando houver;
- ✓ Condições de extinção do direito de crédito representado pela Letra Financeira;

As normas editadas pelo CMN poderão estabelecer ordem de preferência no pagamento dos titulares da Letra Financeira de que trata o caput do art. 40 da Lei nº 12.249/10, de acordo com as características do título.

Todas as alterações acima elencadas foram elaboradas e incluídas no instrumento de Aditamento, sobretudo, para cumprimento dos requisitos previstos nos artigos 14 e 20 da Resolução do CMN nº 4.192/13, que tratam do núcleo de subordinação e dos instrumentos elegíveis ao nível II. Mencionado instrumento de Aditamento foi apresentado ao BACEN que, através do Departamento de Organização do Sistema Financeiro — Deorf, confirmou no início de 2015, que os títulos aditados são elegíveis ao Nível II do PR nos termos da Resolução do CMN nº 4.192/13.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

# INFORMAÇÕES RELATIVAS AO RWA, ADEQUAÇÃO AO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR), ÍNDICES E LIMITES

Os ativos ponderados pelo risco (RWA) representam o patrimônio exigido das instituições financeiras para fazer frente às exposições inerentes aos riscos de suas atividades. O cálculo, baseado na regulamentação em vigor, alcança os registros nas contas ativas, passivas e de compensação. Sob a ótica do BACEN, as instituições devem manter, permanentemente, capital (Patrimônio de Referência - PR) compatível com os riscos.

A apuração dos valores dos ativos ponderados pelo risco (RWA) aplicáveis para o Grupo, conforme Resolução do CMN nº 4.193/13 são no mínimo a soma das seguintes parcelas:

RWA = RWAcpad + RWAopad

Onde:

RWAcpad – exposição ao risco de crédito mediante abordagem padronizada e,

RWAopad – cálculo do capital requerido para risco operacional mediante abordagem padronizada alternativa.

Além disso, o Grupo deve manter PR suficiente para fazer face ao risco de taxa de juros das operações não classificadas como carteira de negociação, ou seja, a Carteira Banking.

Apresentamos a seguir a alocação de capital do Conglomerado Prudencial:

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Em milhares de Reais

Por modalidade		
Operações de crédito e arrendamento líquido de		
provisão (não varejo)	5.632.267	5.254.892
Operações de crédito e arrendamento líquido de		
provisão ( varejo)	9.410.579	8.853.804
Créditos tributários	1.166.602	1.144.383
Compromisso de crédito	596.809	566.371
Operações de TVM e Instrumentos financeiros		
derivativos	240.229	130.143
Garantias prestadas - avais e fianças e		
coobrigações	5.670	6.050
Outros ativos	543.409	599.119
Total RWAcpad	17.595.565	16.554.762
Por FPR		
FPR de 20%	205.256	147.916
FPR de 50%	673.795	653.071
FPR de 75%	9.410.580	8.853.804
FPR de 85%	760.284	809.822
FPR de 100%	6.123.794	5.746.269
FPR de 250%	491.876	418.954
FPR de 300%	-	6.115
FPR de -100%	(70.020)	(81.189)
Total RWAcpad	17.595.565	16.554.762
Risco Operacional		
Linhas de Negócio		
Varejo	399.101	472.068
comercial	554.738	549.222
Administração de Ativos	245.894	276.445
Total RWAopad	1.199.733	1.297.735
Total RWA	18.795.298	17.852.497
Total RWA x (11% -Dez/15) e (9,875% - Mar/16)	2.067.483	1.762.934
Risco de Mercado - Banking		
Parcelas		
Prefixada em Real	35.176	23.667
Valor total alocado - RBAN	35.176	23.667

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Apresentamos abaixo os índices e a margem calculada conforme Resoluções CMN nº 4.192/13 e 4.193/13:

#### Em milhares de Reais

Índices	Dez 2015	Mar 2016
Capital Principal	2.592.505	2.579.065
Patrimônio de Referência - Nível I	2.592.505	2.579.065
Patrimônio de Referência (PR)	3.558.701	3.544.436
Margem sobre o PR considerando Rban	1.456.042	1.757.835
Índice de Capital Principal	13,79%	14,45%
Índice de Nível I	13,79%	14,45%
Índice de Basileia	18,93%	19,85%
Índice de Basileia - amplo inclui RBAN	18,62%	19,59%
Índice de imobilização	0,94%	0,77%
Margem de imobilização	1.746.050	1.744.824

O índice de Basileia no Brasil é definido pela relação mínima de 10,5% entre o total do PR e os ativos ponderados pelo risco (RWA), de 5,1% entre o capital principal e o RWA, e de 6,6% entre o nível I do PR e o RWA para o período de 31 de março 2016.

O índice de Basileia do Grupo foi de 19,85%, e os índices de Capital Principal e Nível I foram de 14,45% em 31 de março de 2016. Em termos de margem, o montante é de R\$ 1,7 bilhões, que possibilita um incremento de até R\$ 17,8 bilhões, considerando operações com fator de ponderação de 100%.

O índice de Imobilização indica o percentual de comprometimento do PR com o ativo permanente imobilizado. O Grupo está enquadrado no limite máximo de 50% do PR, definido pelo BACEN.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

# ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL (ACP)

Conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.193/13 e pelas Circulares BACEN nº 3.768/15 e nº 3.769/15, a partir do primeiro trimestre de 2016 entra em vigor o Adicional de Capital Principal correspondente à soma das seguintes parcelas :

ACP conservação, correspondente ao Adicional de Conservação de Capital Principal;

ACP contracíclico, correspondente ao Adicional Contracíclico de Capital Principal;

ACP sistêmico, correspondente ao Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal.

O valor detalhado de suas parcelas é apresentado a seguir:

Adicional de Capital Principal (ACP)	Mar 2016
ACP conservação	111.578
ACP contracíclico	-
ACP sistêmico	-
Total ACP	111.578

Conforme requerido pela Circular BACEN nº 3.769/15, maiores detalhes da parcela de ACPcontracíclio são apresentados a seguir:

ACP contracíclico	Mar 2016
RWAcpad - setor privado não bancário	15.133.543
RWAcpad - setor público não bancário	1.144.383
RWAcpad - setor bancário	276.836
Total RWAcpad - Brasil	16.554.762
% ACCP <sup>(1)</sup> Brasil	0%
Total ACP contracíclico	-

<sup>(1)</sup> Adicional contracíclico de capital

O Grupo possui a totalidade de suas exposições ao risco de crédito no Brasil, sendo que o ACCP relativo ao Brasil é de 0% (zero por cento), como definido na Circular nº 3.769/15 e, portanto não há valor a ser considerado no ACP contracíclico.

A parcela ACP sistêmico aplicável ao Grupo é 0% (zero por cento), de acordo com a Circular BACEN nº 3.768/15, uma vez que a razão entre o valor da sua Exposição Total e o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil é inferior a 10% (dez por cento).

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

## RAZÃO DE ALAVANCAGEM (RA)

Em atendimento às recomendações do Comitê de Basileia, em outubro de 2015 entrou em vigor a Circular nº 3.748/15 do Bacen que dispõe sobre a Razão de Alavancagem (RA). É um índice que atua em conjunto com o Índice de Basileia na limitação do nível de exposição a risco assumido pelas instituições financeiras e avalia a alavancagem por meio da relação entre Capital Nível I e os ativos registrados em valores contábeis, acrescidas de exposições off-balance (limites, avais, fianças e derivativos).

A partir de 2018 deverá ser definido pelo BACEN, um percentual de requerimento desta razão, para a qual tem utilizado como referência o mínimo de 3%.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

A seguir, apresentamos o modelo comum de divulgação de informações sobre a RA, do Conglomerado Prudencial:

Em milhares de Reais

	L111 111111	iares de Reais
Modelo Comum de divulgação de informações sobre Razão de Alavancagem	Dez 2015	Mar 2016
Itens contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)		
Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários	20.749.110	19.822.169
recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas		
Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	(70.020)	(85.149)
Total das exposições contabilizadas no BP	20.679.090	19.737.020
Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos		
Valor de reposição em operações com derivativos	597.694	74.535
Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	66.115	95.246
Ajuste relativo à garantia prestada em operações com derivativos	-	-
Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	-	-
Derivativos em nome de clientes em que não há obrigatoriedade contratual de reembolso em	-	-
função de falência ou inadimplemento das entidades responsáveis pelo sistema de		
liquidação		
Valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-	-
Ajuste sob o valor de referência ajustado em derivativos de crédito	-	-
Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	663.809	169.781
Operações Compromissadas e de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM)		
Aplicações em operações compromissadas e de empréstimo de TVM	1.630.320	1.467.855
Ajuste relativo a recompras a liquidar e credores por empréstimo de TVM	-	-
Valor relativo ao risco de crédito da contraparte	-	-
Valor relativo ao risco de crédito da contraparte em operações de intermediação	-	-
Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e	1.630.320	1.467.855
valores mobiliários		
Itens não contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)		
Valor de referência das operações não contabilizadas no BP	1.206.907	1.144.150
Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no BP	(600.619)	(569.050)
Total das exposições não contabilizadas no Balanço Patrimonial	606.288	575.100
Capital e Exposição Total		
Nível I - (A)	2.592.505	2.579.065
Exposição Total - (B)	23.579.507	21.949.756
Razão de Alavancagem (RA)		
Razão de Alavancagem de Basileia III - (A/B)	10,99%	11,75%

O Grupo apurou em 31 de março 2016 uma exposição total de R\$ 21,9 bilhões e o Capital Nível I alcançou o montante de R\$ 2,6 bilhões (vide anexo I). Desta forma, a RA foi de 11,75%.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

# INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EXPOSIÇÕES A RISCO DE CRÉDITO

Com o objetivo de favorecer a melhor compreensão da carteira da Instituição, seguem informações relativas às exposições do risco de crédito. A exposição da carteira de crédito inclui as operações cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios.

## Valor Total das Exposições ao Risco de Crédito por Região e Setor Econômico

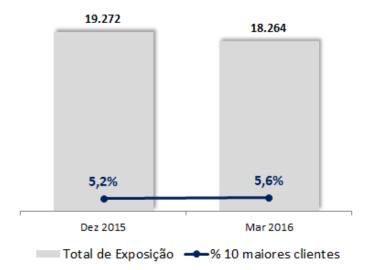
#### Em milhares de reais

Tipo de Exposição	Exposição ao Risco de Crédito				
Tipo de Exposição	Dez 2015	Mar 2016			
Por regiões geográficas					
Região Nordeste	3.282.886	3.083.305			
Região Sudeste	8.528.750	8.195.557			
Região Centro-Oeste	3.394.997	3.207.080			
Região Sul	4.065.538	3.778.551			
Total da Exposição	19.272.171	18.264.493			
Por setor econômico					
Rural	37.287	35.812			
Industria	910.981	840.132			
Comércio	4.430.864	4.119.599			
Intermediários Financeiros	2.970	4.065			
Outros Serviços	6.297.565	5.998.873			
Pessoa Física	7.579.727	7.251.841			
Habitação	12.777	14.171			
Total da Exposição	19.272.171	18.264.493			
Média do trimestre	19.442.887	18.527.250			

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

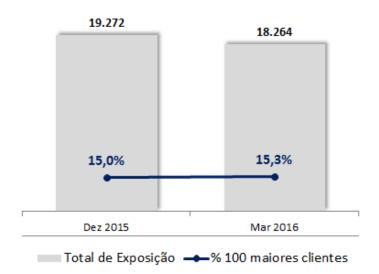
# Percentual das Exposições dos Dez Maiores Clientes

## Em milhares de reais



# Percentual das Exposições dos Cem Maiores Clientes

# Em milhares de reais



FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

# Exposições ao Risco de Crédito por Tipo

#### Em 31 de Dezembro de 2015 - milhares de reais

	Pessoa Fisica			Pessoa Jurídica					
Por Tipo	consignado	veículos e arrendamento mercantil	outros	capital de giro e desconto de títulos	investimento	recebíveis adquiridos	veículos e arrendamento mercantil	outros	Total exposição
Total de Exposição	50.774	7.517.427	11.526	2.224.145	7.679.250	61.300	1.525.944	201.805	19.272.171
Média do trimestre	51.819	7.601.164	11.765	2.183.771	7.855.129	69.605	1.495.109	174.525	19.442.887

#### Em 31 de Março de 2016 - milhares de reais

	Pessoa Fisica			Pessoa Jurídica					
Por Tipo	consignado	veículos e arrendamento mercantil	outros	capital de giro e desconto de títulos	investimento	recebíveis adquiridos	veículos e arrendamento mercantil	outros	Total exposição
Total de Exposição	52.369	7.188.536	10.936	2.069.027	7.121.143	67.825	1.521.758	232.899	18.264.493
Média do trimestre	51.801	7.301.656	10.906	2.024.070	7.308.882	67.269	1.538.522	224.143	18.527.250

# Exposições ao Risco de Crédito por Regiões Geográficas

#### Em 31 de Dezembro de 2015 - milhares de reais

EIII 31 de Dezembro de 2013 - miniales de 1								ares ae reais		
	Pessoa Fisica				Pessoa Jurídica					
Por região	consignado	veículos e arrendamento mercantil	outros	capital de giro e desconto de títulos	investimento	recebíveis adquiridos	veículos e arrendamento mercantil	outros	Total exposição	
Região Nordeste	•	1.267.825	1.014	382.279	1.363.415	•	248.572	19.781	3.282.886	
Região Sudeste	50.774	3.279.071	6.951	1.016.613	3.352.563	61.300	629.790	131.688	8.528.750	
Região Centro-Oeste	•	1.476.230	2.209	372.107	1.240.062	•	280.113	24.276	3.394.997	
Região Sul	1	1.494.301	1.352	453.146	1.723.210	ı	367.469	26.060	4.065.538	
Total	50.774	7.517.427	11.526	2.224.145	7.679.250	61.300	1.525.944	201.805	19.272.171	

# Fm 31 de Marco de 2016 - milhares de reais

Em 31 de Março de 2016 - milhares de							ares de reais		
Pessoa Fisica				Pessoa Jurídica					
Por região	consignado	veículos e arrendamento mercantil	outros	capital de giro e desconto de títulos	investimento	recebíveis adquiridos	veículos e arrendamento mercantil	outros	Total exposição
Região Nordeste	-	1.207.159	911	357.812	1.248.462	-	248.571	20.390	3.083.305
Região Sudeste	52.369	3.136.010	6.913	957.478	3.156.522	67.825	663.777	154.663	8.195.557
Região Centro-Oeste	-	1.416.330	1.909	368.150	1.128.964	-	263.133	28.594	3.207.080
Região Sul	-	1.429.037	1.203	385.587	1.587.195	-	346.277	29.252	3.778.551
Total	52.369	7.188.536	10.936	2.069.027	7.121.143	67.825	1.521.758	232.899	18.264.493

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

# Exposições ao Risco de Crédito por Setor Econômico

Em 31 de Dezembro de 2015 - milhares de reais

	Pessoa Fisica			Pessoa Jurídica					
Por setor econômico	consignado	veículos e arrendamento mercantil	outros	capital de giro e desconto de títulos	investimento	recebíveis adquiridos	veículos e arrendamento mercantil	outros	Total exposição
Rural	-	-	-	831	26.388	-	10.038	30	37.287
Industria	-	-	-	12.493	810.158	1	85.839	2.491	910.981
Comércio	-	-	-	1.968.005	1.830.745	-	479.091	153.023	4.430.864
Intermediários Financeiros	-	-	-	-	10	-	2.960		2.970
Outros Serviços	-	-	-	242.816	5.011.838	61.300	935.356	46.255	6.297.565
Pessoa Física	50.774	7.517.427	11.526	-	-	-	-	-	7.579.727
Habitação	-	-	-	-	111	-	12.660	6	12.777
Total	50.774	7.517.427	11.526	2.224.145	7.679.250	61.300	1.525.944	201.805	19.272.171

#### Em 31 de Março de 2016 - milhares de reais

				Lili 31 de Março de 2010 - Illilliares de Feals						
	Pessoa Fisica			Pessoa Jurídica						
Por setor econômico	consignado	veículos e arrendamento mercantil	outros	capital de giro e desconto de títulos	investimento	recebíveis adquiridos	veículos e arrendamento mercantil	outros	Total exposição	
Rural	-	-	-	812	24.813	-	10.079	108	35.812	
Industria	-	-	-	14.897	731.644	-	89.585	4.006	840.132	
Comércio	-	-	-	1.799.559	1.672.681	-	483.799	163.560	4.119.599	
Intermediários Financeiros	•	-	-	-	6	•	4.059	-	4.065	
Outros Serviços	•	-	-	253.759	4.691.895	67.825	920.180	65.214	5.998.873	
Pessoa Física	52.369	7.188.536	10.936	-	-	1	-	-	7.251.841	
Habitação	-	-	-	-	104	-	14.056	11	14.171	
Total	52.369	7.188.536	10.936	2.069.027	7.121.143	67.825	1.521.758	232.899	18.264.493	

# Exposições ao Risco de Crédito por Faixas de Prazo a Decorrer

#### Em 31 de Dezembro de 2015 - milhares de reais

	Pessoa Fisica			Pessoa Jurídica					
Por prazo a decorrer	consignado	veículos e arrendamento mercantil	outros	capital de giro e desconto de títulos	investimento	recebíveis adquiridos	veículos e arrendamento mercantil	outros	Total exposição
Até 6 meses	1.618	198.387	6.620	1.800.821	141.259	61.300	191.165	144.305	2.545.475
Acima de 6 meses até 1 ano	4.159	629.399	1.933	8.442	299.972	-	197.370	1.091	1.142.366
Acima de 1 ano até 5 anos	44.997	6.689.641	2.973	386.100	6.976.243	-	1.137.353	49.180	15.286.487
Acima de 5 anos	-	-	-	28.782	261.776	-	56	7.229	297.843
Total	50.774	7.517.427	11.526	2.224.145	7.679.250	61.300	1.525.944	201.805	19.272.171

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Em 31 de Março de 2016 - milhares de reais

	Pessoa Fisica			Pessoa Jurídica						
Por prazo a decorrer	consignado	veículos e arrendamento mercantil	outros	capital de giro e desconto de títulos	investimento	recebíveis adquiridos	veículos e arrendamento mercantil	outros	Total exposição	
Até 6 meses	1.756	232.707	6.216	1.614.174	140.657	67.825	197.828	152.148	2.413.311	
Acima de 6 meses até 1 ano	4.256	577.091	1.746	22.655	234.722	ı	161.464	636	1.002.570	
Acima de 1 ano até 5 anos	46.357	6.378.738	2.974	385.837	6.496.898	,	1.162.410	76.756	14.549.970	
Acima de 5 anos	-	-	-	46.361	248.866	ı	56	3.359	298.642	
Total	52.369	7.188.536	10.936	2.069.027	7.121.143	67.825	1.521.758	232.899	18.264.493	

# Montante das Operações em Atraso por Faixas, segmentado em regiões geográficas e setor econômico.

Em 31 de Dezembro de 2015 - milhares de reais

	Atraso entre	Atraso entre	Atraso entre	Atraso entre	Total
	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Total
Por regiões geográficas					
Região Nordeste	206.839	35.731	61.721	44.020	348.311
Região Sudeste	455.763	92.044	96.216	119.082	763.105
Região Centro-Oeste	200.224	30.407	86.696	76.715	394.042
Região Sul	210.543	38.196	58.921	55.115	362.775
Total geral	1.073.369	196.378	303.554	294.932	1.868.233
Por setor econômico					
Rural	3.735	92	709	829	5.365
Industria	65.517	6.103	18.064	13.766	103.450
Comércio	164.792	20.489	42.269	63.523	291.073
Intermediários Financeiros	103	-	ı	-	103
Outros Serviços	551.402	125.914	161.966	119.863	959.145
Pessoa Física	287.530	43.704	80.533	96.348	508.115
Habitação	290	76	13	603	982
Total geral	1.073.369	196.378	303.554	294.932	1.868.233

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

Em 31 de Março de 2016 - milhares de reais

	Atraso entre	Atraso entre	Atraso entre	Atraso entre	
	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Total
Por regiões geográficas					
Região Nordeste	203.863	28.003	50.317	59.021	341.204
Região Sudeste	436.036	63.471	116.339	148.928	764.774
Região Centro-Oeste	224.856	31.581	50.590	77.677	384.704
Região Sul	212.576	28.235	35.854	71.033	347.698
Total geral	1.077.331	151.290	253.100	356.659	1.838.380
Por setor econômico					
Rural	1.581	84	235	1.283	3.183
Industria	53.961	9.080	13.195	18.348	94.584
Comércio	165.219	21.571	30.581	70.702	288.073
Intermediários Financeiros	35	-	-	-	35
Outros Serviços	536.851	70.259	137.960	162.152	907.222
Pessoa Física	319.327	50.274	71.108	103.758	544.467
Habitação	357	22	21	416	816
Total geral	1.077.331	151.290	253.100	356.659	1.838.380

# Movimentação de Provisão Para Devedores Duvidosos, por Setor Econômico

## Em 31 de Dezembro de 2015 - milhares de reais

Setor Econômico	Saldo inicial	Adição (reversão)	Baixas por utilização	Saldo Final
Rural	2.218	318	(250)	2.286
Industria	37.205	5.664	(2.923)	39.946
Comércio	219.412	53.351	(14.049)	258.714
Intermediários Financeiros	3	4	1	7
Outros Serviços	452.659	38.680	(38.661)	452.678
Pessoa Física	203.352	42.477	(39.358)	206.471
Habitação	691	251	(145)	797
Total	915.540	140.745	(95.386)	960.899

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

# Em 31 de Março de 2016 - milhares de reais

Setor Econômico	Saldo inicial	Adição (reversão)	Baixas por utilização	Saldo Final
Rural	2.286	840	(95)	3.031
Industria	39.946	10.383	(4.401)	45.928
Comércio	258.714	21.015	(17.645)	262.084
Intermediários Financeiros	7	7	ı	14
Outros Serviços	452.678	147.287	(61.768)	538.197
Pessoa Física	206.471	48.498	(41.830)	213.139
Habitação	797	225	(190)	832
Total	960.899	228.255	(125.929)	1.063.225

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

#### INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS INSTRUMENTOS MITIGADORES DO RISCO DE CRÉDITO

As operações referentes ao produto de CDC são garantidas por meio do próprio bem e da cédula de crédito bancária. As dos produtos Finame, Leasing e Finame Leasing são garantidas por meio do próprio bem e da nota promissória. Já os produtos Leasing e Finame-Leasing são garantidos por meio do próprio bem através do arrendamento mercantil e de nota promissória. Além disso, de acordo com a classificação de risco do cliente no momento da celebração da operação, há também a possibilidade de solicitação de avalista(s) para complementar as garantias. A alienação fiduciária e o arrendamento mercantil são constituídos por meio de registro do gravame no certificado de propriedade do veículo.

Nas operações de crédito rotativo para concessionários, são solicitadas garantias de acordo com o *rating* apurado para o concessionário ou grupo econômico, sendo que: quanto melhor o *rating*, menor a necessidade de apresentação de garantias.

O tema garantias é tratado ainda em um documento elaborado em conjunto com a matriz Volkswagen Financial Services AG, utilizado como guia para a aceitação e formalização de garantias, de acordo com o tipo de produto envolvido.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

#### INFORMAÇÕES RELATIVAS AO RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE

A exposição ao risco da contraparte faz parte dos limites de crédito concedidos aos clientes e da possibilidade de uma contraparte não cumprir suas obrigações.

Apresentamos a seguir o valor referente às garantias:

#### Em milhares de reais

Garantias	Garantias da Carteira de Crédito					
Garantias	Dez 2015	Mar 2016				
Total de Garantias	26.367.970	24.307.006				

No caso de operações de aplicações/derivativos, é realizada uma análise de risco da contraparte para definição das instituições financeiras e respectivos valores de limites autorizados a operar. A metodologia utilizada para estabelecer os limites autorizados para a Tesouraria realizar operações de aplicações e derivativos, é definida pela Matriz. O monitoramento desses limites autorizados é realizado pela área de Risco de Mercado e Liquidez.

A carta de fiança bancária emitida pela Instituição tem a finalidade de garantir débitos discutidos nos processos judiciais, cujos saldos são demonstrados abaixo:

## Em milhares de Reais

Descrição	Dez 2015	Mar 2016
Beneficiários de garantias prestadas	5.727	6.111

O valor referente à sobra de caixa do Conglomerado Prudencial é aplicado em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos (compra com compromisso de revenda) e/ou aplicação over em depósito interfinanceiro (compra final).

Valores demonstrados abaixo:

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

#### Em milhares de Reais

PRODUTO	Dez 2015	Mar 2016
Compra com compromisso de revenda	1.630.320	1.467.855
Aplicações em depósitos interfinanceiros	159.758	362.767
Cotas de fundos de investimento	214.649	220.478
Títulos de renda fixa	5.631	-
Total	2.010.358	2.051.100

Os instrumentos financeiros derivativos do Grupo, cujo propósito é de proteção dos ativos e passivos próprios, estão custodiados na Central de Custódia de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP e encontram-se registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data.

Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações divulgadas na BM&FBovespa aplicáveis a operações com características e prazos similares.

Em 31 de março, a carteira de derivativos é formada por operações de swap de taxa de juros e de variação cambial.

#### Hedge

A estratégia de *hedge* do Grupo é se proteger da variação cambial dos empréstimos no exterior, referentes ao seu risco de moeda estrangeira, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade prospectivos e retrospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor de mercado dos empréstimos no exterior. As operações de *hedge* mantidas pelo Grupo em 31 de março são classificadas como *hedge* de risco de mercado e visam mitigar o risco de variação cambial.

# Hedge de risco de mercado

Para se proteger da exposição à variação cambial do Euro e Dólar proveniente da contratação de empréstimos no exterior, o Grupo possui contratos de swap a vencer até 2017 com valor nocional no montante de R\$ 2.540.268. Tais instrumentos financeiros derivativos geraram ajuste a valor de mercado negativo com reflexo no resultado referente ao 1º trimestre de R\$ 379.310. Em 31 de março de 2016 não há parcela inefetiva relacionada a essas operações de *hedge*.

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02.

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

As operações com instrumentos financeiros derivativos e suas classificações estão detalhadas abaixo:

#### 4º trimestre de 2015:

## Em milhares de reais

						Receita
Tipo	Nocional	Vencimento	Operação	Ativo	(Passivo)	(Despesa)
Swap – negociação	1.254.438	Até dezembro 2020	Pré X DI	697	(484)	(1.605)
Swap – negociação	1.254.438	Até dezembro 2020	DI X Pré	540	(587)	2.387
Swap de variação cambial - <i>hedge</i> de risco de mercado	2.594.775	Até fevereiro 2017	Dólar X DI	534.263	(11.763)	(19.558)
Swap de variação cambial - <i>hedge</i> de risco de mercado	242.850	Até janeiro 2016	Euro X DI	62.194	-	(98.956)
				597.694	(12.834)	(117.732)

#### 1º trimestre de 2016:

# Em milhares de reais

Tipo	Nocional	Vencimento	Operação	Ativo	(Passivo)	Receita (Despesa)
Swap – negociação	1.001.179	Até dezembro 2020	Pré X DI	394	(1.087)	(2.335)
Swap – negociação	1.001.179	Até dezembro 2020	DI X Pré	1.026	(403)	1.898
Swap de variação cambial - <i>hedge</i> de risco de mercado	2.540.268	Até fevereiro 2017	Dólar X DI	73.115	(312.400)	(382.328)
Swap de variação cambial - <i>hedge</i> de risco de mercado	-	Até janeiro 2016	Euro X DI	-	-	3.455
				74.535	(313.890)	(379.310)

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

## INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS OPERAÇÕES DE AQUISIÇÃO E VENDA DE ATIVOS FINANCEIROS

Na escala global, a securitização de recebíveis é uma ferramenta estratégica para a diversificação de estrutura de capital da Volkswagen *Financial Services* AG (VWFS AG). Através do Programa *Driver* iniciado em 2004, a VWFS AG transfere os direitos creditórios a um Fundo de Investimento (ou *Trust*) que, por sua vez, torna-se o responsável legal pelos recebíveis adquiridos. O objetivo deste programa é torna-lo como 1/3 da estrutura de *funding* do grupo até o final de 2018.

Atualmente o Programa *Driver* existe nas seguintes jurisdições: Alemanha, Inglaterra, Holanda, Espanha, Japão, França, Austrália, Estados Unidos, Canadá e Brasil. Sabendo da sua importância estratégica, também na Matriz hoje existe uma equipe dedicada ao produto assessorando todas as emissões globais (passadas e futuras).

No mercado local, a Instituição possui três fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDC´s) em linha com a estratégia de diversificação da Matriz: *Driver* Brasil *One, Driver* Brasil *Two* e *Driver* Brasil *Three*. O Regulamento dos produtos encontram-se disponíveis em domínio público (site CVM), onde é possível obter mais detalhes sobre o critério de elegibilidade dos recebíveis.

No 4º trimestre de 2015, 4º trimestre de 2013 e no 3º trimestre de 2012, a Instituição realizou cessões de crédito na modalidade "CDC" para fundos de investimentos em direitos creditórios, dos quais a Instituição detém a totalidade das quotas subordinadas, cujo montante em 31 de março de 2016 é de R\$ 185.092. Conforme estabelecido na Resolução do CMN nº 3.533/08, as referidas cessões foram classificadas nas demonstrações financeiras da Instituição individual na categoria "com retenção substancial dos riscos e benefícios". O ativo cedido foi registrado na rubrica específica de operações de crédito vinculadas a cessão, e o passivo assumido foi registrado como obrigações por operações vinculadas a cessão. Para cada operação, o ativo é atualizado pela taxa do contrato com o cliente, e o passivo pela taxa do contrato de cessão, ambos pelos respectivos períodos de competência.

Os valores presentes à época são:

#### Em milhares de Reais

Descrição	Período	Ativo	Passivo
Driver Brasil One Banco Volkswagen			
FIDC Financiamento de Veículos	3º trimestre/12	899.462	1.007.150
Driver Brasil Two Banco Volkswagen			
FIDC Financiamento de Veículos	4º trimestre/13	1.021.745	1.067.758
Driver Brasil Three Banco Volkswagen			
FIDC Financiamento de Veículos	4º trimestre/15	1.096.939	1.083.880
Total		3.018.146	3.158.788

Apresentamos a seguir o saldo ativo das exposições cedidas com coobrigação, com retenção substancial dos riscos e benefícios:

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

#### Em milhares de Reais

		Hares ac Reals	
Descrição	Dez 2015	Março 2016	
Driver Brasil One Banco Volkswagen	35.261	22.906	
FIDC Financiamento de Veículos	33.201	22.900	
Driver Brasil Two Banco Volkswagen	205.733	161.201	
FIDC Financiamento de Veículos	203.733	101.201	
Driver Brasil Three Banco Volkswagen	1.023.089	828.068	
FIDC Financiamento de Veículos	1.023.089	828.008	
Total	1.264.083	1.012.175	
Creditos baixados para prejuizo	2.176	2.296	

Ao longo dos trimestres a Instituição adquiriu títulos com característica de concessão de crédito registrada na rubrica "Títulos e créditos a receber".

As operações foram adquiridas em negociação com pessoa não integrante do SFN, sem retenção substancial de risco e de benefícios ou de controle pelo interveniente ou cedente, cujos saldos são demonstrados a seguir:

# Em milhares de Reais

Descrição	Dez 2015	Mar 2016
Pessoa não integrante do SFN	61.300	67.825

FINANCIAMENTOS. CONSÓRCIO. SEGUROS. MOBILIDADE.

## INFORMAÇÕES RELATIVAS ÁS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A Instituição possui participação societária no CNVW, que atua na administração de grupos de consórcio, principalmente no segmento de veículos produzidos pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda. e MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda, com participação de 99,99996%, cujo objetivo é alavancar a oferta de produtos financeiros a clientes que adquirem veículos da marca Volkswagen.

O CNVW é uma entidade limitada, regulada pelo BACEN e integra o Conglomerado Prudencial liderado pela Instituição. Portanto o investimento possui seus riscos mensurados de acordo com os regulamentos vigentes emitidos pelo CMN e BACEN.

O método de contabilização utilizado para a Instituição individualmente é o da equivalência patrimonial, a qual não sofreu alterações de práticas contábeis nos últimos anos. Na apresentação do Conglomerado Prudencial, o valor do investimento no CNVW é eliminado seguindo os critérios de consolidação das demonstrações financeiras.

O valor contábil do investimento nas demonstrações financeiras da Instituição é de:

#### Em milhares de Reais

Informações sobre a investida:	Dez 2015	Mar 2016
Número de quotas	300.006.232	300.006.232
Participação no capital	99,9999%	99,9999%
Resultado da equivalência no trimestre	28.595	22.368
Resultado da equivalência acumulada	82.144	22.368
Investimento	267.721	290.088
Valor RWA	-	-
Capital alocado	-	

O investimento no CNVW não é negociado em bolsa e, portanto, não possui preço de mercado cotado. Não houve registro de ganhos ou perdas decorrentes de venda ou liquidação.

\* \* \*